



CLIPPING



03 de
OUTUBRO
2022

REPÓRTER

70

Tecnologia no TJPA

O Poder Judiciário paraense alcançou uma marca histórica ao tornar as ações cíveis e criminais 100% digitais.

> DRONE MONITORAMENTO

O Ministério Público do Pará (MPPA) testou ontem uma nova tecnologia para combater crimes eleitorais. Na 72ª Zona Eleitoral de Ananindeua, drones foram usados para captar imagens dos locais de votação que podem ajudar a identificar, por exemplo, cabos eleitorais que estivessem fazendo boca de urna. Os drones sobrevoaram os seis maiores locais de votação da cidade na Região Metropolitana de Belém.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

EM MOSQUEIRO 'ELEITORAS' SÃO PRESAS POR TRÁFICO

Duas
mulheres
foram presas
em flagrante
com drogas
e ficaram
sem poder
votar no
domingo

FLAGRANTE

JR Avelar

Na semana passada, o Tribunal Superior Eleitoral divulgou uma norma que nenhum eleitor poderia ser preso desde cinco dias antes até 48 horas depois do encerramento da eleição.

A notícia mal interpretada por duas mulheres que não leram o restante do dispositivo, e ambas foram parar na cadeia pelo crime de tráfico de drogas na ilha do Mosqueiro.

A sequência da legislação dizia que "prender ou deter qualquer eleitor, salvo em flagrante delito ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável.

Na prática, qualquer eleitor poderá sim ser preso se for pego em flagrante delito, como foi o caso das duas mulheres flagradas na praia do Bispo na ilha do Mosqueiro por uma equipe do 25º Batalhão que as apresentou na Seccional Urbana da Ilha.

Consta no flagrante apresentado pela viatura 2503 do 25º Batalhão sob o comando do tenente coronel Francisco e major Renato Brandão que uma denúncia de morador da área para que fosse averiguado um possível tráfico de drogas no local.

Os militares fizeram o cerco



As duas mulheres foram presas em flagrante com drogas. FOTOS: DIVULGAÇÃO

policial e alguns suspeitos foram abordados e entre eles duas mulheres que estavam com entorpecentes em seguida encontrado mais material entorpecente e celular de um suspeito que fugiu ante a chegada da Polícia Militar.

As mulheres foram identificadas como Thais Lira Costa e Estela Jaqueline Moraes da Silva que estavam na posse de vinte e duas porções de maconha apro-

ximadamente 20g, uma porção de droga sintética, material para embalagem de droga e a importância de R\$13,00.

As duas mulheres foram encaminhadas e apresentadas na 9ª Seccional Urbana do Mosqueiro no plantão do delegado Francisco Enzio e autuadas conforme a lei pelo crime de tráfico de drogas, ficando impossibilitadas de exercer o direito de votar.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

EM ALTAMIRA HOMEM É PRESO POR ESTUPRO

Acusado era investigado por estupro de vulnerável e estava foragido da Justiça, sendo localizado e preso pela polícia

MANDADO CUMPRIDO

JR Avelar

Não deu para Vicente Júlio de Araújo e ele acabou preso em cumprimento de mandado de prisão decorrente de sentença condenatória por crime inafiançável com base no artigo 217-A do Código Penal Brasileiro que versa sobre estupro de vulnerável.

Vicente Araújo era investigado por policiais civis da 22ª Seccional Urbana de Altamira que recebeu a queixa da vítima e desde então passou a ser procurado. Como não foi encontrado o delegado que presidia o inquérito policial representou pela sua custódia que foi deferida pela justiça.

Neste sábado (01), por volta das 16h40, os policiais civis re-

ceberam uma importante pista dando conta que o suspeito estava escondido na rua Carmina Feitosa Aquino, no bairro Santa Benedita, em Altamira.

A Polícia Civil de Altamira empreendeu diligências no sentido de localizar e efetivar o cumprimento do referido mandado de prisão decorrente de sentença condenatória por crime inafiançável em desfavor de Vicente Júlio de Araújo.

Após informações e levantamento de campo, chegou ao conhecimento de que o acusado estava em um local onde trabalhava. No local constatou sua presença e logo efetivada a prisão do referido condenado. Vicente Araújo se encontra recolhido na Delegacia de Polícia Civil de Altamira aguardando transferência para o presídio onde vai ficar à disposição do poder judiciário.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELÉM

Margui Bittencourt é a nova desembargadora do TJPA

Magistrada foi eleita por critério de merecimento a partir de lista tríplice

O Liberal

30.09.22 18h25



Margui Bittencourt: "Saibam que eu irei trabalhar muito" (Érika Miranda / TJPA)

A magistrada **Margui Gaspar Bittencourt** ascendeu ao **desembargo**, na sessão extraordinária do Tribunal Pleno do **Tribunal de Justiça do Pará (TJPA)**, realizada através de videoconferência nesta sexta-feira (30). A magistrada, que atualmente era juíza convocada para atuar no **2º grau de jurisdição**, concorreu à vaga pelo critério de merecimento, em [lista tríplice](#), que

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

também foi integrada pela **juíza Luana de Nazareth Santalices**, titular da **4ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém**, e pelo **juiz José Antônio Ferreira Cavalcante**, titular da **5ª Vara de Família de Belém**. As informações são do TJPA.

A **presidente do TJPA**, desembargadora **Célia Regina de Lima Pinheiro**, parabenizou a nova desembargadora em sessão após a [eleição](#). “Quero dizer que o Tribunal de Justiça do Pará está aqui para recebê-la com muito respeito, com muito carinho, até porque a magistrada já faz parte deste Tribunal como juíza convocada, participando de nossas sessões, do nosso cotidiano e da nossa rotina de trabalho”, destacou.

“Essa foi uma eleição realmente comprometida com a verdade. Ela é bem-vinda ao Colegiado, inclusive já estava respondendo no 2º grau conosco. É uma magistrada que gosta de trabalhar. Desejo a ela muita sorte e que seja abençoada pela Nossa Senhora de Nazaré”, considerou o decano da Corte, desembargador **Rômulo José Ferreira Nunes**. Desembargadores e desembargadoras presentes à sessão se manifestaram com felicitações e boas-vindas à magistrada.

Pronunciamento da desembargadora

Margui Bittencourt agradeceu pelas palavras dos desembargadores e desembargadoras. “Eu vim agradecer a todos. Saibam que eu irei trabalhar muito, como sempre trabalhei, para ajudar todo o Tribunal. Agradeço a cada desembargador e a cada desembargadora. É uma honra alçar a esse cargo, que é da carreira da magistratura, e todos nós, juízes e juízas de 3ª entrância, almejamos ascender. Estou muito feliz. Espero receber apoio de todos, pois o carinho já tenho. É uma conquista, uma vitória”, afirmou.

A magistrada Margui Gaspar Bittencourt foi nomeada para exercer o cargo de juíza em virtude de aprovação em Concurso Público no dia 1º de novembro de 1988. Foi empossada no cargo no dia 7 de novembro daquele ano. Ao longo da

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

carreira, já atuou na Vara Única da Comarca de Baião, na Vara Única da Comarca de Mocajuba, na Vara Única de Peixe Boi, na 5ª Vara Cível da Comarca de Santarém, na 5ª Vara Penal da Comarca de Marabá e na 6ª Vara Penal da Comarca de Ananindeua.

Quando chegou à 3ª entrância, a magistrada atuou na 31ª Vara Cível de Belém, 18ª Vara Penal de Belém e 8ª Vara Penal de Belém. Em 2004, virou juíza titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Belém, unidade em que permaneceu até o dia 28 de janeiro deste ano, quando foi convocada para atuar no 2º grau de jurisdição. A magistrada também foi diretora do Fórum Cível de Belém por cerca de cinco anos, de 2017 a 2022.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Advogados acusados de matar a mãe: MP pede prisão preventiva da filha

Para o MP, Juliana Giugni Cavalcante Soriano de Mello coloca em risco a integridade psicológica e física das testemunhas do caso estando em liberdade

O Liberal

30.09.22 18h32



Curta a nossa página e veja mais notícias como essa!

O Ministério Público do Estado do Pará ([MPPA](#)) acrescentou **novos fatos e pediu**, na última quinta-feira (29), a **prisão preventiva** da **advogada Juliana Giugni Cavalcante Soriano de Mello**, acusada do **homicídio triplamente qualificado** contra a **própria mãe, Arlene Giugni da Silva**. O coautor do assassinato é o irmão de Juliana, o advogado Leonardo Felipe Giugni Bahia. O

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

crime ocorreu no dia 18 de janeiro deste ano, no apartamento dos acusados, no bairro da **Batista Campos**, em **Belém**.

O MPPA também pediu à **Polícia Civil** do Pará (PC-PA) que faça a **reprodução simulada dos fatos**, encaminhe os acusados Juliana e Leonardo à Polícia Científica do Pará (**PCP**), para a realização de exames de sanidade mental, oitivas de vizinhos e porteiros, além de novas perícias no colchão onde a vítima foi morta e nas roupas usadas por Juliana no dia do crime.

O pedido foi feito pelo **Promotor de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**, **Franklin Lobato Prado**. De acordo com matéria publicada no site do MPPA, em liberdade, Juliana coloca em risco a integridade **psicológica** e física das **testemunhas** do caso, as quais relataram que a acusada retirou objetos do apartamento, alguns dias após o crime ter ocorrido.

A **primeira testemunha** ouvida foi uma funcionária do condomínio, que relatou que Juliana solicitou a **retirada do colchão** onde a mãe foi assassinada, com o pretexto de que os vizinhos estariam **reclamando do cheiro de sangue**, o que não foi confirmado pela funcionária, segundo o MPPA. No **segundo depoimento**, um morador relatou que encontrou a **acusada na garagem do condomínio com cerca de três malas**, algumas caixas e sacolas retiradas do apartamento.

DNA da filha foi encontrado na faca usada no crime, diz MP

No **pedido de prisão preventiva**, o MPPA argumenta que as provas periciais comprovam a **existência de material genético** da acusada na faca utilizada para matar a sua genitora. Além disso, existem registros em vídeo que a mostram empunhando a arma do **crime**. Também leva em consideração que a ameaça à testemunha e as atitudes da acusada de retirar objetos da **cena do crime**, como colchão que ainda seria periciado, evidenciam que a autora agiu para obstruir as investigações.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ainda segundo o MPPA, pela conveniência da [instrução criminal](#), constata-se que em liberdade, a acusada coloca em risco a integridade psicológica e física das testemunhas e as novas provas incluídas nos autos sustentam a prisão cautelar, sendo inquestionáveis a autoria e a materialidade do crime.

Além disso, a ré também é acusada de ter ameaçado a companheira do irmão e a filha dela no momento em que tentava persuadi-lo a assumir a autoria do crime de homicídio contra a mãe. As ameaças foram registradas em um boletim de ocorrência policial.

Levando em consideração esses fatos, a Promotoria de Justiça fez um novo aditamento à denúncia contra a acusada pelo crime de fraude processual, previsto no art. 347, parágrafo único, do Código Penal, por ter inovado artificialmente, na pendência de processo penal, com o objetivo de induzir a erro o juiz ou o perito no processo criminal que responde.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



MP pede prisão preventiva de advogada acusada de matar mãe

Segundo o Ministério Público do Estado do Pará (MP-PA), a acusada Juliana Giugni estaria atrapalhando as investigações com destruição de provas e até ameaças a testemunhas. O crime ocorreu em 18 de janeiro de 2022 e tem Juliana e o irmão dela, Leonardo Giugni Bahia, como suspeitos de matar a própria mãe, Arlene Giugni.

sexta-feira, 30/09/2022, 17:03 - Atualizado em 30/09/2022, 18:25 - Autor: **Com informações de Sancha Luna / RBATV**



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O Ministério Público do estado do Pará (MP-PA) ingressou com um novo pedido de prisão preventiva de Juliana Giugni da Silva Cavalcante, acusada de ter matado a própria mãe, em 18 de janeiro de 2022. A acusação veio após o depoimento de duas testemunhas. Novos vídeos sobre o dia do crime também foram divulgados.

De acordo com o MP-PA, a acusada estaria atrapalhando as investigações, visto que teria se desfeito do colchão onde a vítima foi morta, escondido os panos que teriam servido para limpar a cena do crime, assim como outros instrumentos que foram utilizados na morte de Arlene Giugni da Silva.

Segundo o MP, o órgão também está entrando com o aditamento à denúncia por fraude processual. Uma vez que a acusada tem usado de artifícios para fraudar toda a situação.

Franklin Lobato, promotor de justiça, informou que o MP também realizou um pedido para que seja deferido um exame de insanidade mental, visto que uma das testemunhas chegou a procurar à polícia para informar que teria sido ameaçada durante as investigações. “O objetivo é assegurar a instrução processual, uma vez que temos notícias de que a acusada vem ameaçando testemunhas do processo”, disse o promotor.

Imagens das câmeras de segurança mostram momentos após a morte de Arlene. Juliana aparece ensanguentada e passa por um dos corredores do edifício. a advogada segura uma faca quando chega até a guarita do prédio. Ela tenta abrir a porta mas está trancada. É possível perceber que a mulher está agitada. O porteiro se assusta ao ver a moradora com uma faca.

Um outro vídeo é possível ver a acusada bastante suja de sangue. O porteiro tenta acalmar a mulher e segura a faca que estava com ela. O funcionário faz uma ligação enquanto a advogada aguarda sentada.

Em julho deste ano, o MP do Pará já havia solicitado à justiça o mandado de prisão preventiva contra Juliana Giugni. O pedido foi indeferido por fragilidade de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

provas de autoria. Na época, a defesa da acusada solicitou o pedido de não decretação da prisão por falta de elementos.

Leonardo, irmão de Juliana e filho da vítima, permanece preso desde janeiro. Ele foi declarado como co-autor da morte devido aos exames também terem identificado vestígios dele na arma do crime. O caso teve uma reviravolta após as novas diligências que foram realizadas.

O MP deve pedir à Polícia Científica a reprodução simulada dos fatos no caso da morte de Arlene Giugni.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br